



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE | | |
|--|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 0188/13 | DATA: 27/03/2013 |
| INÍCIO: 11h14min | TÉRMINO: 12h12min | DURAÇÃO: 00h58min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h58min | PÁGINAS: 19 | QUARTOS: 12 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|--|
| ARNALDO CAMARGO DE FREITAS - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina — SINTRAPAV. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS - Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União. ARSÊNIO JOSÉ DA COSTA DANTAS - Secretário de Fiscalização de Obras Rodoviárias do TCU. |

SUMÁRIO: Debate acerca de greve de funcionários e paralisação das obras na Ponte Anita Garibaldi, BR-101, trecho sul, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina.

| OBSERVAÇÕES |
|----------------------------|
| Houve exibição de imagens. |



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública, cujo Requerimento nº 407, de 2013, de minha autoria, foi aprovado.

Nesta reunião, serão debatidos os problemas que levaram à greve de funcionários que paralisaram as obras da Ponte Anita Garibaldi, na BR-101, trecho sul, Santa Catarina, no Município de Laguna.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do TCU; o Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT — recebi a informação de que ele está chegando neste momento à Câmara dos Deputados. Convido Arnaldo Camargo de Freitas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina — SINTRAPAV; Arsênio José da Costa Dantas, Secretário de Fiscalização de Obras Rodoviárias, representando o TCU.

Daremos continuidade aos trabalhos, convidando o nosso palestrante e, antes, prestando alguns esclarecimentos.

Informamos que o Consócio Camargo Corrêa, ATERPA M. Martins e CONSTRUBASE estiveram ontem a esta Comissão, justificando a ausência à reunião, porque eu gostaria que estivessem presentes o Presidente e os representantes. Mas, em troca, convidaram esta Presidência — e eu estendo o convite aos nobres colegas da Comissão —, na próxima terça-feira, agendado comigo, a comparecer *in loco*, à ponte, ao local. Eles irão apresentar o vídeo, toda a Diretoria estará presente. Ficaremos por duas horas conhecendo as obras, o que, acordado com esta Presidência, achamos mais interessante, e do que prestaremos conta depois a esta Comissão.

Antes de iniciarem as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno desta Casa. O tempo reservado para cada convidado será de 15 minutos, prorrogáveis, não podendo ser apartado. Cada Deputado inscrito para interpelações poderá fazê-lo por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, com o mesmo prazo.

Passo a palavra ao Sr. Arnaldo Camargo de Freitas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina — SINTRAPAV.



O SR. ARNALDO CAMARGO DE FREITAS - Senhoras e senhores; Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Federal Edinho Bez, do Estado de Santa Catarina; Srs. Deputados da Mesa; Plenário, nós queremos agradecer o convite para participar desta audiência pública e ficar à disposição dos Deputados para o debate. Antes, porém, gostaria de fazer algumas considerações, particularmente com relação ao acontecido no Estado, que foi o que resultou no convite desta Comissão.

O fato é que nós estamos duplicando a BR-101, que liga o Estado do Paraná, via litoral, ao Rio Grande do Sul. Concluímos a duplicação do trecho norte, que vai de Palhoça até a divisa com o Paraná. Iniciamos a duplicação do trecho sul, que vai de Palhoça até a divisa com o Rio Grande do Sul.

Tivemos muita dificuldade na construção dessa obra, porque as grandes empresas não entraram nos consórcios ou nas licitações para a construção da obra. Alegam preços e outras coisas mais. E entraram outras empresas. Algumas abandonaram os trechos, outras foram substituídas. E a alegação das empresas é de que o custo era muito alto e o que pagavam era muito baixo. Consequentemente, nós, trabalhadores, em regra, pagamos o pato nessa situação, porque pressionam para baixo os salários, e há muita rotatividade de mão de obra.

Nós, trabalhadores na indústria de construção pesada, eu já digo no Brasil, até porque eu fiz parte recentemente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada, somos trabalhadores migrantes. E eu venho nessa categoria desde o início da minha atividade, como empregado da Itaipu, lá no início da obra, e por lá fiquei durante 10 anos.

O que acontece? Um exemplo típico: nós, trabalhadores da indústria de construção pesada, somos trabalhadores da construção da infraestrutura de Estado — estradas, pontes, portos, hidrelétricas, gasodutos, viadutos, túneis. Como são obras itinerantes, sazonais, nós, trabalhadores, somos nômades. Por quê? Somos migrantes. Vivemos de obra em obra. Nós nos acostumamos dessa forma.

No caso particular das obras da ponte, que vêm ao caso, nós temos muitos trabalhadores migrantes do Nordeste. Trabalhadores muitas vezes que são recrutados por terceiros, com promessas falsas e ilusórias, e esses trabalhadores



vêm para as obras na expectativa, muitas vezes, de terem uma remuneração compatível com o que almejam. Chegando lá, a realidade é outra.

Tivemos um reajuste salarial razoável fora da data-base, em fevereiro — a nossa data-base ocorre em setembro, quando nós tivemos um reajuste de 8%. Em fevereiro, a empresa, para poder realinhar os custos de mão de obra, porque já não estava mais conseguindo mão de obra, até pela concorrência com as outras empresas, concedeu reajuste de 16%. Porém, isso em uma pauta de 20%. No entanto, os trabalhadores não ficaram satisfeitos e iniciaram nova paralisação agora. Ficamos ali 7 dias paralisados.

O tribunal nos ameaçou, através de um dissídio coletivo instaurado pelas empresas, com a consideração de greve abusiva, ilegal e multa diária de 10 mil reais pela paralisação, o que nos forçou, de certa forma, junto com o Ministério do Trabalho, a um acordo, que foi bom. Foi bom porque conseguimos um abono salarial de 30% pago em parcela única, agora no salário do mês de março.

Ao mesmo tempo, foi analisada a situação daqueles trabalhadores que queriam rescindir seus contratos e retornar às suas cidades de origem. Em regra, as empresas ou os mantêm ou forçam a sua manutenção no emprego, condicionando muitas vezes o pedido de demissão, já que dessa forma eles perdem muitos direitos. Nesse caso, nós negociamos a demissão sem justa causa para que em torno de 60 trabalhadores retornassem às suas cidades de origem.

Entre outras coisas mais que nós discutimos com a empresa, com o Ministério do Trabalho — o Ministério Público também vai dar uma força para lá —, são as condições de alojamento, alimentação, transporte, estada e até visita a seus familiares.

O que acontece mesmo é isso. Quer dizer, a preocupação maior hoje dentro da nossa atividade e da categoria que eu represento no Estado é justamente essa alta demanda de mão de obra, muitas vezes mão de obra não qualificada, essa rotatividade muito alta e essa mão de obra, que é migratória, que circula praticamente o Brasil inteiro. Nós temos trabalhadores que vêm do Pará. Esses que tiveram problemas agora vieram do Piauí, da Bahia. Eles circulam por essas grandes obras que temos, principalmente de hidrelétricas que estão sendo construídas no País.



O que eu poderia pedir à Câmara dos Deputados é que desse um pouco mais de atenção a uma legislação específica, se for o caso.

E Brasília não foi diferente, a história está aí. Quem construiu esta cidade foram os trabalhadores migrantes do Nordeste, basicamente. Assim são as obras de grande infraestrutura no Brasil.

Eu acho que deveria haver uma atenção especial a esses trabalhadores migrantes, na forma de recrutamento nas suas cidades ou locais de origem e até na transferência deles entre obras. Muitas vezes, as obras são construídas por consórcios de empresas.

Conclui-se a obra, acaba o consórcio e muitos desses trabalhadores são transferidos para outras empresas ou retornam às suas cidades de origem. E nós temos uma grande dificuldade em pleitear direitos na Justiça, e muitas vezes são lesados esses trabalhadores. Por quê? Se o trabalhador entrar com uma demanda judicial pleiteando algum benefício, algum direito que não foi atendido pela empresa, dificilmente ele comparece à audiência, se for ajuizada a ação. Automaticamente, ela será arquivada. E o trabalhador sempre fica no prejuízo.

Muitas empresas se aproveitam dessa situação. Estatisticamente falando, se dez são lesados e um entra na Justiça, a empresa está no lucro. Essa é a maior dificuldade que enfrentamos na questão de reaver direitos dos trabalhadores, depois de demitidos. Quando estão trabalhando, eles são trabalhadores da iniciativa privada, jamais vão entrar com uma ação. É muito difícil.

Então, é mais ou menos um pleito nesse sentido que faço a esta Comissão, aos Deputados presentes, no sentido de que, se puderem, tenhamos a oportunidade de discutir uma legislação específica para essa atividade no Brasil, que é de grande responsabilidade para nós todos.

Eu fico aberto ao debate. Agradeço a oportunidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Nós agradecemos a V.Sa. por atender ao convite.

É praxe desta Comissão, um acordo que fizemos já na primeira reunião com os Parlamentares desta Comissão, em vez de convocarmos, convidarmos pessoas, lideranças, autoridades, para depois, sim, tomarmos outras medidas, caso não sejamos atendidos.



Então, nada melhor do que agir democraticamente e também usar o máximo de habilidade possível com o objetivo de que todos se sintam à vontade quando virem a esta Comissão.

Aproveito para dizer ao Arnaldo Camargo de Freitas que também estamos à disposição para receber sugestões. Depois, conversaremos sobre isso.

Convidamos, agradecendo-lhe a importante presença, o Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, com quem temos uma excelente convivência e relacionamento, para compor a mesa. V.Sa. está convidado a compor a mesa. Seja bem-vindo a esta Casa.

Eu gostaria de levar ao conhecimento do Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe esclarecimento da composição da Mesa. Já fizemos outros esclarecimentos.

Com a empresa do consórcio, ontem, conversando nesta Comissão com este Presidente, buscamos um acordo, diante da impossibilidade de o Presidente e dos principais diretores se fazerem presentes. Foi feito um convite a esta Presidência, extensivo aos demais membros da Comissão, para que fizéssemos uma visita *in loco*. Faremos a visita na próxima terça-feira, às 10 horas. Sei dos compromissos de V.Exas., mas estão convidados. Poderia participar conosco o nosso Superintendente João José, ou o Avani, que é o representante do DNIT na região. Então, fizemos um acordo e estaremos *in loco* na próxima terça-feira.

Estão compondo a Mesa Arnaldo Camargo de Freitas, que acabou de falar; Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral do Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do TCU — Tribunal de Contas da União; e Arsênio José da Costa Dantas, Secretário de Fiscalização de Obras Rodoviárias.

Passamos a palavra ao Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, que terá até 15 minutos, prorrogáveis, se necessário for.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Em nome de V.Exa., saúdo todos os componentes da Mesa. Saúdo todos os presentes aqui.

O DNIT tem feito um esforço para buscar resgatar um passivo de infraestrutura que torna o País mais oneroso do que deveria ser. Os noticiários não se cansam de mostrar as dificuldades das vias de escoamento da produção, da safra e vai por aí afora.



A Ponte Anita Garibaldi foi uma batalha do Diretor-Geral do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Esta Presidência relatou isso várias vezes aqui. Nós reconhecemos isso.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Eu tive que filmar. Eu pedi até emprestado o helicóptero da Polícia Rodoviária Federal para filmar o local e mostrar o tamanho do engarrafamento a que a nossa gente estava sendo submetida naquela área. E aquilo ali comoveu a Presidenta, decisão dela na hora: *“General, inicia imediatamente essa obra”*. Bom, iniciamos.

Logicamente, o conflito é permanente, porque a natureza humana tem como uma das suas características o conflito. Nos últimos mil anos da história da humanidade, não houve sequer um dia de paz. Nós somos tão conflituosos que existe a Vara da Família. Nós não conseguimos viver em paz nem na família. Tem que haver um segmento da Justiça especializado em resolver conflitos de família.

E o que aconteceu aqui? Quando eu li o requerimento dizendo que havia um problema lá em Santa Catarina, na ponte, eu acionei o meu Superintendente. Eu falei: *“Vem cá, você não está acompanhando isso aí? O quê está acontecendo? Está havendo um conflito entre o pessoal contratado pela empresa, problema de quê: acomodação, tratamento, salário, carga horária de trabalho?”* Então, ele me mandou aqui um termo aditivo de acordo.

O que eu entendo é que nós temos que estar vigilantes. Não estamos mais no tempo de trabalho escravo, não estamos mais no tempo de se explorar as pessoas de qualquer maneira. Então, temos que estar vigilantes.

O que eu determinei ao João José? Que acompanhe de perto todas as tratativas dos representantes dos trabalhadores com a empresa. Nós temos que buscar um ponto de equilíbrio entre o avanço da obra e o interesse coletivo dos trabalhadores. Buscar esse equilíbrio. E esse equilíbrio só se consegue através da negociação. De um confronto, não saem vencedores. Uns perdem mais, outros perdem menos. O que se constrói é o diálogo. Através do diálogo, construímos boas soluções. Dei orientação ao João José.

Eu gostaria de saber exatamente o horário do dia que V.Exa. vai estar presente lá, porque o meu Superintendente, por dever de ofício, tem que estar presente. Talvez eu também envie um representante meu daqui de Brasília Brasília



para acompanhar a visita, fotografar as instalações dos alojamentos, dos refeitórios, escutar os trabalhadores, enfim, fazer aquilo que nós temos que fazer como empreendedor do Governo brasileiro. Então essa é a minha posição seja na ponte de Laguna, seja em qualquer outro empreendimento onde estamos envolvidos com as obras do Governo brasileiro.

Então, o que eu gostaria de dizer ao presidente do sindicato é que da nossa parte sempre haverá toda a atenção para que não haja prejuízo dos trabalhadores. Teremos toda a atenção em acompanhar. Até como notícia, nós estamos evoluindo no DNIT para alguns tipos de seguro, inclusive para incluir em alguns seguros os direitos trabalhistas. Caso haja algum prejuízo, a própria seguradora cobrirá direitos trabalhistas.

Agradeço o convite de trazer o Diretor-Geral aqui. Para nós é uma obrigação, um dever e uma satisfação estar presente.

Fico à disposição dos senhores para qualquer outra indagação sobre a ponte de Laguna a respeito do tema dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos a presença e a manifestação do Diretor-Geral do DNIT, Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe. Quero dizer que existe de nossa parte o reconhecimento de V.Sa. frente ao DNIT. Tivemos oportunidade de dizê-lo inclusive na presença do Ministro de Transportes recentemente, num encontro que tivemos do Fórum Parlamentar Catarinense com o Ministro Paulo Sérgio. Não temos a menor dúvida do esforço de V. Sa. para que pudéssemos dar continuidade, mais velocidade na duplicação da BR-101, Trecho Sul de Santa Catarina, que é uma obra que interessa ao Rio Grande do Sul, ao Paraná. O próprio Roberto Requião, quando Governador do Estado do Paraná, me ligou um determinado dia dizendo que estaria à disposição do Fórum Parlamentar Catarinense para brigar junto ao Ministério dos Transportes, ao DNIT, à própria Presidência da República, porque a não duplicação do Trecho Sul de Santa Catarina estava prejudicando o Paraná. Essa é uma obra que interessa ao País, que interessa ao MERCOSUL, e apesar de agora estar num ritmo normal e até acelerado, arrisco dizer, não dá ainda para comemorar em função dos transtornos que causou nos últimos 15 anos, em função da burocracia, da demora, da falta de autoridade dos envolvidos.



Essa é a nossa interpretação, porque convivemos com isso muito tempo. Mas reconhecemos que, ao assumir o DNIT, imediatamente houve uma mudança, pelo menos esse é o nosso sentimento, em termos de haver mais sinceridade nas informações. V.Sa. foi muito claro e transparente, a ponto de este Deputado, que era Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e tinha recém passado a coordenação ao nosso competente colega Décio Lima, na reunião com V. Sa., fazer a seguinte pergunta: “Sabemos do esforço de V.Sa. e o reconhecemos. Mas V.Sa. tem autonomia neste momento para tocar o projeto sem alterações? Porque havia uma decisão do Governo — do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, da Presidente Dilma, do Ministério dos Transportes — de fazer um corte linear de um percentual, principalmente das grandes obras. E V.Sa., sincero como sempre, disse que não tinha autonomia naquele momento para garantir... Foi quando este Parlamentar disse a V.Sa., com o apoio dos demais colegas Deputados do Fórum Parlamentar Catarinense, que nós iríamos ao Ministro dos Transportes, e faríamos a mesma pergunta. Se ele não tivesse autonomia, iríamos à Presidente Dilma, que é um direito que nós temos, — dezesseis Deputados e três Senadores — e V.Sa. foi ágil, entendeu, passou ao Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio, que nos recebeu na semana seguinte já com a solução. Nesse ínterim V.Sa. levou ao Ministro essa preocupação e, mais que isso, foi várias vezes *in loco* conhecer os problemas. O Ministro repassou essa informação à Presidente Dilma, que convidou, convocou, não sei, V.Sa. e o Ministro, e V.Sa. foi a essa reunião farto de documentos. Apresentou as dificuldades e o risco para os usuários daquela rodovia, o que sensibilizou a Presidente Dilma. A Presidente disse não estar presente, mas teve as informações tanto do Ministro quanto de V.Sa. Não só sensibilizou-se, mas autorizou a manutenção do projeto. Foi até Laguna para participar da autorização da ordem dos serviços com a presença do Ministro e de V.Sa.

Temos obrigação de fazer esse registro, e não apenas criticar. Existe esse nosso reconhecimento e agradecimento. Mas como gato escaldado tem medo de água fria, e com a greve, nos chamou a atenção. Aqui ninguém está criticando ninguém. Nós queremos nos precaver. É igual uma doença: o objetivo desta audiência pública é a prevenção, com o intuito de não ficarmos doente e termos que lá na frente, de novo, nos incomodar.



Mas ontem a empresa assumiu, embora não com todos os representantes. A audiência *in loco* será às 10 horas, na próxima terça-feira, se não me engano no dia 2, em Laguna, das 10 horas ao meio-dia. Gostaríamos de registrar a nossa satisfação se pudéssemos contar com a presença do João José, que é o nosso Superintendente, como já se manifestou V.Sa. Obrigado pela manifestação e por tudo. Não temos queixas de V.Sa., que é tão sincero que relata inclusive os problemas que tem para que nós possamos ajudá-lo. Parabéns, esse é o nosso reconhecimento.

Por isso, convidamos as pessoas para virem aqui, representantes do Tribunal de Contas, pessoas que serão parceiras desta Comissão. Já conversamos e estaremos brevemente com o Presidente, quiçá com os nossos Ministros, para que possamos trabalhar juntos. Aqui não temos o objetivo de prejudicar quem quer que seja. Por isso, convidamos as pessoas. V.Sa. disse que nada melhor do que resolver no diálogo, pois esta é a intenção desta Presidência e desta Comissão.

Com a palavra, o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União. V.Sa. tem a palavra por até 15 minutos, prorrogáveis, se necessário for.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS - Obrigado, Presidente. Eu gostaria de cumprimentar todos os colegas da Mesa. Cumprimento o senhor, Presidente, e os demais participantes desta audiência pública.

Pegando essa última palavra do senhor, é uma grata satisfação para nós estarmos presentes aqui. E o nosso Presidente, Ministro Augusto Nardes, egresso desta Casa, disse: *“Vai lá, Adalberto, e apresenta na Câmara, para essa Comissão, a importância da reestruturação por que está passando o Tribunal de Contas da União”*. E ele faz questão de explicar essa transformação para toda a administração pública. O próprio General Jorge Fraxe teve oportunidade de estar lá conosco, na presidência, juntamente com o Ministro dos Transportes e com a Ministra da Casa Civil, quando o próprio Presidente explicou parte dessa evolução por que está passando o Tribunal de Contas da União.

Nessa evolução, nós revisitamos a missão do Tribunal de Contas da União. A missão do Tribunal de Contas da União é controlar a administração pública para



contribuir com o seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade. Ou seja, aquele foco no usuário, no cidadão, o foco individual na conformidade, na legalidade sai da missão do Tribunal, e o Tribunal tem um olhar mais amplo, um olhar para poder ajudar a administração pública a buscar os objetivos para os quais ela está ali.

E na área de infraestrutura, Presidente, temos um avançar numa visão sistêmica do setor de infraestrutura. Estamos evoluindo para uma visão sistêmica, desde olhar coisas mais pontuais. Vamos procurar ter um olhar mais amplo do setor de infraestrutura, deixando essas coisas pontuais para outros órgãos de fiscalização também. Não significa que vamos abrir mão da nossa missão de olhar a legalidade, a conformidade, missão constitucional nossa, mas vamos também contribuir para uma visão mais ampla da administração pública.

No que se refere à fiscalização do setor de infraestrutura, vamos continuar atendendo a LDO, a seus quesitos. Este Parlamento sempre coloca, sempre impõe ao Tribunal fiscalizações. Mas também vamos avançar em outras áreas.

Auditoria de qualidade. Vamos verificar também a parte de auditoria de qualidade. Na parte de concessão de serviços públicos, vamos poder intensificar também a fase de análise de outorga da concessão de serviço público, bem como a fase de execução de contrato do serviço público.

Sabemos que o Estado brasileiro passa por uma fase em que se torna mais regulador, em que se descentraliza a prestação de serviço público por meio de concessões ou por meio de parcerias público-privadas. Então, o Tribunal, atento a isso, está cada vez mais se estruturando, especializando-se para poder apresentar resultados melhores para a sociedade.

Auditoria de governança. Esse olhar mais amplo para podermos verificar o desempenho do órgão e não apontar coisas pontuais.

Como sempre, não poderíamos deixar de destacar o grande parceiro entre o Tribunal e o Congresso Nacional, entre suas Casas e Comissões, que são as solicitações do Congresso Nacional. É grande o número de solicitações do Congresso Nacional.

Na parte da LDO, temos um olhar também de projetos de grande vulto que sempre atendemos nas fiscalizações anuais, as fiscalizações temáticas, identificando temas que são importantes para o Governo Federal, para a sociedade



como um todo, como alguns programas de governo. Fazemos uma fiscalização pontual nesse programa. Não deixamos de ver a regionalização do gasto para poder contemplar todas as regiões do País com fiscalizações.

Cada vez mais, Presidente, estamos atuando na fiscalização de editais, uma fiscalização concomitante, prévia, em que não existem efeitos posteriores, em que se procura ajudar a administração antes de iniciar a obra, evitando-se desperdício depois.

Então, o foco do Tribunal está cada vez mais nessa parte. Até nas concessões dos serviços públicos nós temos instruções normativas que regem a tramitação desses procedimentos. O poder concedente, antes de lançar o edital, encaminha os estudos econômico-financeiros para que o Tribunal avalie a consistência, a robustez deles. Isso faz com que as coisas andem de forma mais coordenada, de forma mais simples durante a execução do contrato.

A atuação do Tribunal é mais pedagógica. Existe o diálogo, que foi tanto falado aqui. Conversa-se e se procura corrigir as impropriedades, as inconsistências existentes eventualmente nessa fase ainda de pré-licitação. Também temos as determinações dos nossos plenários.

No que se refere à qualidade, o Tribunal já tem a visão dessa parte do projeto, da parte do edital. Nós também temos um acompanhamento da execução das obras em andamento, mas vamos ver também a qualidade com que essa obra está sendo entregue.

Na parte de concessão de outorgas, o Governo Federal lançou, o que já é sabido, um plano de concessões muito grande para os próximos 25 anos, seja na área de ferrovias, portos, rodovias, aeroportos e energia elétrica. Então, nós estamos lá de forma coordenada para poder fazer o acompanhamento de todas essas outorgas.

Já tivemos inclusive reuniões diversas com a Casa Civil, com o Ministério dos Transportes, com a Secretaria Especial de Portos, com a própria ANTAQ para podermos agilizar e contribuir de forma bastante rápida com esse processo.

Lá no Tribunal está todo mundo consciente dos investimentos de que carecem o País. O País está precisando de investimentos em todas as áreas para



poder crescer. O Tribunal vai realizar sua missão constitucional de forma colaborativa com o Governo Federal, cada vez mais.

Nos contratos de execuções, nós vamos verificar o cumprimento da execução dos contratos, aquilo que foi acordado, ou seja, a qualidade, no caso de uma rodovia que foi concedida. Fizemos um trabalho muito interessante na BR-116, na Rio-Bahia, divisa de Minas Gerais com a Bahia, de Feira de Santana indo até Salvador, pela BR-324. Fomos verificar a qualidade, a ação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, exigindo do concessionário a qualidade acordada no contrato das rodovias. Então, fomos ali fazer um trabalho de verificação. Ou seja, a visão é no produto, no que está sendo entregue.

Por fim, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de ressaltar a governança. Porque quando se ataca a governança, ataca-se vários problemas de uma só vez. Procura-se mitigar a recorrência de achados em diversas fiscalizações, consegue-se um diagnóstico das causas dos problemas, consegue-se implementar ações de melhoria na gestão pública e identificar mudanças estruturais, que levarão a uma melhor prestação do serviço ou da construção da obra.

Na fiscalização de obras pelo Tribunal, no contexto orçamentário, é bom dizer que, diante de graves irregularidades, que, eventualmente, possam vir a causar danos irreversíveis ao Erário, o Tribunal procura ouvir as partes. Ele realiza, então, essa oitiva prévia. Quer dizer, ele não toma nenhuma ação antes de realizar essa oitiva prévia. E, nessa oitiva prévia, por vezes, as correções das falhas identificadas são bastante grandes, seja por parte do próprio gestor, que identifica, reconhece que houve falha no projeto, houve falha no procedimento, ou, em alguns casos, por determinação do Tribunal.

Só para se ter ideia da magnitude, das 24 obras identificadas nessas condições, em 2012, 17 obras foram corrigidas por iniciativa do gestor ou por determinação do Tribunal, e não vieram ao Congresso Nacional, não precisaram ser comunicadas ao Congresso Nacional. No caso de ser comunicado ao Congresso Nacional, é uma recomendação para que o Congresso Nacional, que tem essa competência, delibere sobre o assunto.

(Segue-se exibição de imagens.)



Esse gráfico — eu gosto de números, até porque minha formação original é em Engenharia, então um gráfico representa muito —, que demonstra a evolução das recomendações de IG-P do Tribunal no ciclo orçamentário, verificamos que de 2003 para 2012 estão caindo de forma bastante acentuada as recomendações de IG-P.

Finalizando essa primeira parte geral, nessa reestruturação, o Tribunal criou quatro Coordenações-Gerais para melhor prestar serviço à sociedade. Uma diz respeito aos serviços essenciais aos Estados, ou seja, defesa nacional, administração do Estado, seja pelo Judiciário, Executivo ou Legislativo, questão de pessoal, de tecnologia da informação, de logística, que são as compras, as aquisições de área meio, que agora estão centralizadas em apenas uma Secretaria do Tribunal.

O Tribunal parou de ter secretarias numeradas, são secretarias que representam aquela temática em que estão trabalhando; todas são especializadas.

Passamos a ter, agora, secretarias de defesa nacional, de segurança pública, de administração do Estado, de pessoal, de logística.

Mais ainda, outra grande Coordenação, porque o Tribunal foi dividido, é a da área social e da Região Nordeste, Sr. Presidente. Nesse caso, temos agora a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer; a Secretaria de Trabalho, Previdência e Assistência Social; a Secretaria de Saúde, só para cuidar da saúde.

Temos também outra grande Coordenação, a de Desenvolvimento Nacional, onde estão a Agricultura e o Meio Ambiente, a Fazenda Nacional, com a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Receita Federal. Temos a SEMAG, que continua, e o grande produto dela é aquele relatório sobre uma avaliação prévia das contas do Presidente da República para que o Congresso Nacional delibere sobre elas.

Por fim, temos a Coordenação-Geral de Infraestrutura, com quatro Secretarias de Obras, duas Secretarias de Concessões e Desestatizações e Regulação de Serviços Públicos e mais a Secretaria de Estatais, com sede no Estado do Rio de Janeiro, onde temos o BNDES, a ELETROBRAS, a PETROBRAS.

Tudo isso sob uma coordenação para que as coisas fluam de forma mais tranquila.



Está aqui o representante da SECOB Rodovias, que vai falar sobre essa parte mais particular, sobre a ponte.

Vou passar a palavra para o Arsênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Sr. Adalberto.

Com a palavra o Sr. Arsênio da Costa Dantas, Secretário de Fiscalização de Obras Rodoviárias do TCU.

O SR. ARSÊNIO JOSÉ DA COSTA DANTAS - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Edinho Bez, Sr. Arnaldo Freitas, Presidente do Sindicato da Construção Pesada, General Jorge Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, órgão com o qual estamos sempre conversando a respeito dessa finalidade comum de fazer as duas instituições cumprirem o seu papel, colega Adalberto, senhoras e senhores, farei um breve complemento à exposição do Adalberto em relação à obra da ponte Anita Garibaldi, a 120 quilômetros de Florianópolis, ao sul, na região de Laguna.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vemos a ampliação da situação. Há um aterro e a ponte já existente, como bem colocou o General ao dizer que filmou os engarrafamentos e os problemas ocorridos. Essa é a fotografia da ponte já existente e essa é a perspectiva da ponte nova, que se encontra em construção. É uma ponte estaiada. Temos aqui apenas os dados básicos dela, com vão central de 200 metros e outros segmentos de acesso.

Em relação a esse assunto, a fiscalização do Tribunal, o Edital nº 416, de 2010, do DNIT, era dividido em dois lotes: Lote 1, referente aos acessos, e Lote 2, referente à ponte. No contrato da ponte, o Tribunal atuou ainda na fase do edital.

Reafirmando aqui o que o nosso coordenador colocou, o Tribunal tem cada vez mais buscado antecipar as fiscalizações, partindo da parte de execução e trazendo para os editais, se possível para projetos e até estudos de viabilidade.

Nesse sentido, foi feita essa auditoria no edital. Em relação ao Lote 1, houve a representação de um licitante que questionou problemas de habilitação. Enfim, esse assunto foi para o Tribunal, mas o DNIT, de modo próprio, revogou essa licitação e, posteriormente, veio a relançar um RDC de preço global, conseguindo inclusive descontos interessantes para a administração.



No que diz respeito ao contrato do Lote 2 da ponte, o Tribunal analisou, fez uma oitiva prévia no DNIT, e o assunto encontra-se em análise por conta do indício de irregularidade no tocante aos preços e maus custos de mão de obra, porque a própria normativa interna do DNIT estabelece uma metodologia em que esses valores têm como parâmetro o valor acordado em convenção coletiva de trabalho. Nesse caso, a equipe detectou que, no orçamento base da licitação, havia valores acima da convenção coletiva da região.

De todo modo, o Tribunal não determinou paralisação, sequer retenção de qualquer valor. Apenas determinou a oitiva do DNIT dos consórcios envolvidos, para que apresentassem informações ao Tribunal com relação a esse aspecto, e é o que está sendo feito em análise agora no âmbito da nossa unidade técnica.

Essa é a parte do último acórdão deliberado.

Nesse sentido, essa é a posição atual do processo. De todo modo, agradecendo o convite de V.Exa., Deputado Edinho Bez, estamos à disposição para qualquer questionamento. Aqueles que tivermos condições de apresentar *in loco*, apresentaremos, e, se for necessário, depois traremos para a Comissão informações adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Da mesma forma, agradecemos ao Sr. Arsênio José da Costa Dantas, Secretário de Fiscalização de Obras Rodoviárias do TCU.

Passo a palavra agora ao Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe para suas considerações finais, já agradecendo a V.Sa. pela presença.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Deixei para o final, até de propósito, porque jamais poderia omitir a minha gratidão, o meu reconhecimento ao Tribunal de Contas da União, na pessoa dos amigos aqui presentes, técnicos, auditores, aqueles que vão à obra, ao terreno, ao DNIT, que analisam os editais. Sem esses companheiros, realmente ficaria muito difícil o DNIT evoluir na qualidade e no custo nos empreendimentos governamentais.

Homem de armas que sou, servidor especial do Estado brasileiro, durante 40 anos de Exército sempre aprendi que cada centavo vale ouro. Ele vem do suor da nossa gente simples, que levanta de madrugada para trabalhar, que paga imposto. E cada centavo desse tem que ser muito bem pesado e medido na hora de gastar.



Tenho tido, do Tribunal de Contas da União, toda receptividade necessária. Trabalhamos em silêncio. Não aparece, de público, a quantidade de reuniões, de discussões boas, salutares que fazemos, de trabalho de orientação que o Tribunal presta ao DNIT.

E fico muito satisfeito até pelo gráfico que o Adalberto mostrou há pouco. Chegamos até a trocar telefonemas de uma maneira muito brasileira, informal, mais honesta e sincera. Porque não tem ofício nenhum, não existe assinatura em lugar nenhum do mundo que substitua a honestidade de propósito.

Eu sou do tempo, e da minha profissão, onde a palavra vale mais que tudo. É compromisso de vida e de morte. Então, o que eu estou dizendo aqui vale mais que um documento.

O Tribunal de Contas da União tem dado ao DNIT uma atenção especial, diria até um carinho, ao nos orientar, nos ajudar a buscar soluções melhores em prol do melhor custo e até na governança do próprio DNIT, com auditorias operacionais.

Encerro minha participação tranquilizando o Arnaldo, Presidente do Sindicato. Arnaldo, você tem um aliado, porque, como você, também sou homem do povo. E acho que sem o nosso povo não somos nada. De modo que estamos juntos nessa batalha.

Aos amigos do Tribunal, uma vez mais, muito obrigado por tudo o que vocês têm feito pelo DNIT. Espero que essa ajude continue com essa honestidade que os senhores têm demonstrado de propósito, de sinceridade, como os guardiões do controle do Erário. Da nossa parte, a mesma coisa.

Agradeço a todos a atenção e a paciência de terem me escutado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Da mesma forma, Dr. Jorge, agradecemos a sua presença. Repito, há esse reconhecimento do bom trabalho desenvolvido frente ao nosso DNIT — não temos a menor dúvida. Mas isso não significa que não tenhamos problemas. Como V.Sa. disse, o ser humano, desde sua origem, desde o início de sua convivência, tem conflitos diariamente. Gostei até do exemplo da Vara de Família, pois só existe porque temos conflitos até dentro da nossa família. E nada melhor que resolver na base do diálogo. E esta foi e será a intenção desta Comissão. Apesar de termos um nome não muito simpático,



"*Fiscalização e Controle*", o objetivo maior é esclarecer dúvidas, com intuito até de ajudar aquelas pessoas que, porventura, forem injustiçadas.

Agradecemos, sensibilizados, e passamos a palavra ao Sr. Arnaldo Camargo Freitas, para suas considerações.

O SR. ARNALDO CAMARGO FREITAS - Sr. Deputado Edinho Bez, nosso agradecimento pelo convite e pela oportunidade de aqui estar.

Queria dizer ao General do Exército Brasileiro, Sr. Jorge Ernesto, hoje conosco no serviço público, que o que vemos no início e no final das grandes obras que nós, trabalhadores, construímos são placas bonitas em homenagem a pessoas. Mas, via de regra — e o Sr. General do Exército sabe muito bem disso —, quem se homenageia muitas vezes depois de uma guerra é um soldado desconhecido. Mas o trabalhador sequer essa homenagem tem, porque ele é invisível, e não desconhecido.

Mas fica só essa colocação: senhores e senhoras, as obras não são feitas apenas de concreto, cimento e aço. Por trás disso tudo tem gente, seres humanos e, acima de tudo, cidadãos brasileiros que, em uma República pela qual muito lutamos — assim como lutamos para ser um Estado Democrático de Direito —, exigem direitos iguais.

Nós, trabalhadores, queremos ser reconhecidos — não homenageados, mas reconhecidos. E dizemos isso porque hoje, na iniciativa privada, a legislação é muito dura e somos muito apenados. Nós, em particular os dirigentes sindicais — e sempre digo isso aos trabalhadores —, como não tenho projeto político pessoal, temos a sensatez de falar o que pensamos. Portanto, por vezes, falo muitas coisas que eles não querem ouvir. Não sou partidário de paralisação por paralisação; muito ao contrário, até porque iniciar uma greve é uma coisa muito fácil, o difícil é sair dela. E para dela sairmos, muitas vezes, como vivemos em uma democracia, temos que respeitar os contrários, temos que ir para dissídios coletivos. E a legislação trabalhista é muito dura com os trabalhadores em estado de greve ou quando estamos negociando fora da data base. E, na data base, muitas vezes, quando não conseguimos alcançar nossos objetivos, dependemos de uma sentença normativa de um tribunal que, via de regra, faz-nos perder os benefícios sociais conquistados. E os reajustes a nós garantidos são basicamente os INPCs da vida — que muito



pouco significa em relação ao que enfrentamos em nossa vida diária, ao nosso custo de vida.

Dito isso, mais uma vez agradeço.

Sei do importante trabalho do Tribunal de Contas nesse processo de fiscalização do nosso dinheiro nessas obras.

Quero dizer ao nosso Deputado Federal Edinho Bez, do Estado de Santa Catarina e Presidente desta Comissão, que, se depender de nós, trabalhadores, esta obra não terá paralisações, com certeza absoluta. Se houver, não será por nossa vontade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Da mesma forma agradecemos ao Sr. Arnaldo Camargo de Freitas, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina — SINTRAPAV, também nos colocando à disposição para ouvi-lo. E temos mais uma vantagem: se não puder vir até aqui, faremos a reunião lá.

Convidamos o Adalberto Santos de Vasconcelos para suas considerações finais.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS - Obrigado, Presidente.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, por este convite e reafirmar essa parceria cada vez maior do Tribunal de Contas da União com o Congresso Nacional. O Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Estamos à disposição desta Casa, das suas Comissões, para debater e participar de audiências públicas e trazer nossa colaboração.

Gostaria de agradecer ao General Jorge Fraxe as palavras sobre o Tribunal. Realmente, é uma parceria que estamos levando a efeito. Pouco tempo atrás estivemos em outras reuniões em que se debatia a possibilidade de se ter um anel ferroviário em São Paulo. Inclusive, o Presidente delegou-nos essa tarefa, fizemos uma reunião e resolvemos a questão na hora.

Então, estamos lá para orientar, e essa parte pedagógica do Tribunal está sendo reforçada.



Gostaria de agradecer agora ao Dr. Arnaldo Camargo pelas palavras, as quais serão refletidas pela Corte de Contas. Foram belas palavras e são conhecimentos que internalizamos e repassamos àquela Casa.

Por fim, agradecemos ao Presidente a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Da mesma forma agradecemos a presença ao representante do Tribunal de Contas da União.

O Dr. Anselmo disse que o Adalberto falou por ele aqui em nome do Tribunal de Contas da União. Portanto, vamos ao encerramento. Antes, porém, registro com satisfação a presença do Prefeito de Anitápolis, Município de Santa Catarina, o Marquinhos, como é conhecido, e também dos Vereadores Emílio e Salésio. Registro, também, a presença de amigos meus, representando o Governo do Estado de Santa Catarina, o Léo e o Noilton — que por vezes confundo com o Adilton. Eles também são nossos colegas de trabalho.

Agradecemos a todos pela presença e estamos satisfeitos com o resultado desta audiência pública. Vamos complementá-la com a visita, *in loco*, à BR-101, à ponte Anita Garibaldi, repito, no próximo dia 2, às 10h.

Peço que transmitam ao Presidente do Tribunal de Contas, Augusto Nardes, nosso sempre colega e amigo nesta Casa, com quem tivemos longa convivência, que contamos com esta parceria. Quem ganhará com tudo isso, como disse o General Jorge Ernesto Pinto, é a sociedade e o Brasil.

Agradecendo, desejo uma feliz Páscoa a todos, estendendo tal desejo às famílias e amigos.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado pela presença de todos.